

DE HOMOSSEXUAL A QUEER: O MOVIMENTO LGBT E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES “GLOBAIS”

Autor: Vinícius Cainã Silva Rodrigues; Orientador: Profa. Dra. Flávia de Ávila

Universidade Federal de Sergipe
vini.rodrigues@hotmail.com

Resumo: A história da internacionalização do movimento LGBT, que se inicia após as revoltas de Stonewall, perpassa a “globalização” de identidades legitimadas pelos grupos políticos. O presente trabalho argumenta que estas identidades, que são sexuais e políticas, são utilizadas pelo LGBT para construir e defender seus interesses. Interesses estes que são dominados pela perspectiva sociopolítica ocidental. O artigo discute a “mundialização” de termos identitários desde o *homossexual* ao contemporâneo *queer*, propondo uma reflexão terminológica e identitária a partir de uma perspectiva crítica discursiva e pós-colonial.

Palavras-chave: Identidades LGBT; Globalização; Discurso.

Introdução

Tendo em vista a história do que a literatura denomina o movimento LGBT contemporâneo, o presente trabalho visa expor a construção histórica da prática discursiva do movimento. A própria organização deste engloba o que Foucault (1979) chama de “dispositivo de sexualidade”, ou seja, as práticas discursivas e não discursivas, as estratégias de relações de força que sustentam os tipos de saber – ou a dominação legitimada do saber – e são sustentadas por ele.

Foucault (1984) analisa o processo pelo qual a sociedade ocidental começa a colocar “o sexo no discurso”. Embora argumente contra a “hipótese da repressão” o filósofo francês não nega que o sexo continua a ser objeto de repressão e proibições, mas ao invés de ser controlada pelo silêncio, a sexualidade foi construída e tornou-se regulada pelos vários discursos e estratégias de poder que constituem o dispositivo em torno da sexualidade. Foucault fornece ferramentas úteis para analisar a forma como a sexualidade foi construída nas sociedades ocidentais modernas. E assim como as perspectivas feministas contemporâneas que destacam a atribuição política do corpo, o filósofo coloca o corpo no centro da sexualidade “ [...] como um lugar de poder, isto é, o *locus* de dominação” (DIAMOND; QUINBY, 1988, p. 532).

Destarte, apresentamos de forma sintética a atual construção da internacionalização

do discurso sexual. Pela exposição de algumas transformações sociolinguísticas promovidas pelo movimento dentro do recorte histórico trabalhado, ou seja, o Movimento LGBT Contemporâneo (pós-Stonewall). Embora a sexualidade e as matizes de gênero sejam inerentes ao humano, isto é, estão sujeitas à natureza humana, argumenta-se que o movimento LGBT constitui-se a partir de princípios ocidentais sobre sexualidade e poder, e, em si, torna-se um grupo político articulado pelo ocidente e a partir do ocidente. Esse movimento constrói ou apropria-se de vocábulos para legitimar suas posições políticas e interesses.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa é, em termos abrangentes, essencialmente qualitativa. O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo. Quanto a técnica de pesquisa, adota-se a pesquisa bibliográfica. Desta forma, o problema de pesquisa adotado consiste em: O movimento LGBT contemporâneo constrói ou apropria-se de vocábulos que identificam identidades não-heterossexuais? A hipótese considera que sim, que o movimento LGBT é um ator político e que produz e reproduz um discurso próprio visando legitimar seus interesses políticos.

Resultados e Discussão

A formação de signos linguísticos para representar as práticas sexuais é parte do processo histórico de todas as comunidades humanas, tendo em vista que a sexualidade é uma característica inerente à natureza do humano. Apesar disso, a esteira histórica discursiva que moldou estes signos no ocidente acabou os delimitando. O movimento social LGBT apropriou-se, enquanto causas de luta, da construção destas figuras. Desta forma, durante toda a história do movimento lutou-se pela mudança sociolinguística, visando garantir aos indivíduos signos específicos para que estes pudessem identificar suas identidades. No entanto, o próprio movimento limita quais são os termos considerados “legítimos” e os constrói em torno de uma perspectiva cultura atrelada a sua origem ocidental. E estes signos inclusive mudam de acordo com o processo histórico. Desde as figuras utilizadas para designar o perverso homossexual vitoriano ao contemporâneo “*queer*”.

A análise histórica foucaultiana sobre a construção da sexualidade mostra que o

binômio heterossexual/homossexual é produto da relação entre o conhecimento e o poder que permeou as contrações discursivas da Inglaterra vitoriana. O surgimento de signos específicos para significar as práticas sexuais consideradas perversões, faz com que exista a constituição do “enfermo”, do “outro”, do “pervertido”, do “alheio”. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituição do “homossexual” como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda a série de intervenções e de novos controles (FOUCAULT, 1979). É importante apontar que Foucault, por exemplo, concentra-se na construção da sexualidade nas sociedades ocidentais. Pode-se questionar se esta construção ocorreu da mesma forma em outras partes do mundo. Stoler (1995) argumenta que, de fato, o discurso europeu do século XVIII sobre sexualidade surgiu do império e do colonialismo, formando, portanto, os dispositivos sobre o sexo do século XIX.

Após o contexto de medicalização do “homossexual”, o evento central da mudança linguística do “homossexual” para a utilização do vocábulo “gay” foi o movimento gay libertário advindo das manifestações de *Stonewall*. A recusa da utilização do termo “homossexual”, relacionado à construção histórica do discurso científico médico, passa a ser incorporada ao discurso do movimento. O termo “gay”, que em língua inglesa significava “alegre”, passou por uma atualização linguística para significar a identidade sociocultural que se construía em torno da prática sexual não normativa, defendida pelo movimento. Por exemplo, a mudança linguístico-social do uso do termo “homossexualismo” – do sufixo latino *ismo* – foi promovida após a retirada da homossexualidade (passou-se a utilizar este termo) da lista internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde em 17 de maio de 1992 (LOVELL, 2015). A politização do poder exercer práticas sexuais fora do padrão normativo – tendo em vista a luta a favor da mudança do processo de controle do dispositivo de sexualidade – foi gerida pelo movimento social. Desta forma, o próprio transbordamento de simples práticas sexuais para construções identitárias socioculturais era de interesse do movimento.

Neste sentido, no processo histórico, a linguagem codifica o que é considerado “normal”. Como critica Petchesky (2009), a própria linguagem contemporânea de “minorias sexuais” ajuda nessa codificação. A análise do discurso pode alegar que a oposição homossexual/heterossexual e as construções desses termos ao longo do tempo mostram como as subjetividades ocidentais continuam a ser reproduzidas através de universos simbólicos que tornam essas distinções reais. Ao mesmo tempo, uma abordagem que ignora a estrutura social não pode explicar as formas como os distúrbios da homossexualidade evoluem, mudam e se

reconstituem no passar histórico. Quanto a esta estrutura social, a questão da globalização (por falta de termo mais adequado para retratar a expansão destes ideais pelo sistema internacional) das identidades sexuais é pujante no contexto de “internacionalização” do movimento LGBT e da adoção da retórica dos direitos humanos por este. A própria ideia de uma categoria homossexual e/ou transexual universal – refletida inclusive na linguagem do movimento LGBT internacional é um fruto deste processo.

Não obstante, é preciso interrogar o que significa esta globalização, se este processo de expansão da cultura social ocidental, como critica Ortiz (1994), é produto e é restrita a uma classe econômica muito particular (a classe média ou alta, composta por indivíduos brancos, habitantes de grandes centros urbanos), que pode usufruir deste processo de conexão cultural e física. O surgimento de identidades, portanto, está diretamente ligado ao processo e aos privilégios da classe que o domina. Essas identidades, como argumenta Altman (2001), estão intimamente relacionadas com as mudanças do processo de globalização: a globalização da "juventude" e o papel do capitalismo internacional na criação de uma identidade adolescente em quase todos os países, com música, linguagem, moda e costumes específicos.

Altman (2001) utiliza o termo "identidade" para sugerir um mito socialmente construído sobre características compartilhadas, cultura, e história que vem ter um significado real para aqueles que defendem este argumento. A globalização, para Altman (2001), ajudou a criar uma identidade gay/lésbica internacional, que não se limita ao mundo ocidental: há muitos sinais do que pensamos como homossexualidade "moderna" em países como o Brasil, a Costa Rica, a Polônia e Taiwan.

A questão da proliferação de identidades – e terminologias para estas – em diferentes culturas, exalta uma discussão sobre a globalização destas e as particularidades locais. Tais pontos de vista são argumentados vigorosamente pelos indivíduos que defendem uma identidade baseada em suposições tradicionais sobre os vínculos entre desempenho de gênero e sexualidade e que negam a relevância de uma identidade "gay" ou "transexual" importada para si (ALTMAN, 2001). Assim, tais indivíduos, como o *bakkla* nas Filipinas ou o *kathoey* na Tailândia, podem ver aqueles que se chamam de "homossexuais" como hipócritas, em parte porque insistem em seu direito de se comportar como “homens” e de desejar outros como eles. Para outros, há uma percepção de que os autoproclamados homens homossexuais e lésbicas são parte da classe média contemporânea que possui acesso a esta “globalização”. Digamos, Nova Deli, Tóquio ou São Paulo têm menos em comum com a homossexualidade

"tradicional" do que com seus homólogos nos países ocidentais.

Aqui, novamente, há um paradoxo considerável, no qual fenômenos semelhantes podem ser vistos como culturalmente específicos ou universais. Na medida em que há uma confusão entre sexualidade e gênero na visão "tradicional" de que o homossexual "real" é o homem que se comporta como uma mulher (ou, mais raramente, vice-versa), isso é consistente com a compreensão dominante da homossexualidade no ocidente durante cem ou mais anos antes do nascimento do movimento gay contemporâneo. Neste sentido, a "globalização" dos termos identitários como "gay", "lésbica", "transexual" e outros, é produto deste processo realizado pela classe econômica dominante culturalmente ocidentalizada, mas, ao mesmo tempo, reflete a identificação cultural de indivíduos que não enxergam as identidades "tradicionais" de suas culturas como reflexos do seu eu. Assim, segundo Lovell (2015) organizações e instituições internacionais adotaram as expressões "orientação sexual" e "identidade de gênero" na tentativa argumentativa de representar a concepção em termo mais inclusivo e culturalmente neutro.

A sexualidade torna-se uma arena importante para a produção da moderação, com identidades "homossexuais" e "transexuais" que atuam como marcadores para a modernidade. Todavia, Binnie (2004), ao citar Tomlison (1999), aponta que o trabalho de Dennis Altman tende a produzir um argumento de "globalização igual a homogeneização", que foi rejeitado como muito simplista em debates de estudos culturais sobre a globalização da cultura. Altman tem sido muito criticado por sua evocação do rótulo "gay global" como reflexo de: "a aparente internacionalização de uma certa forma de identidade social e cultural baseada na homossexualidade" (ALTMAN, 1996, p. 42). No entanto, Binnie (2004) reconhece que uma identidade homossexual uniforme – um equivalente *queer* da globalização – é um mito. Nesse sentido, o trabalho de Altman respeita a diferença e a violência conceitual da identidade homossexual universal. O autor está interessado em distanciar-se da evocação de uma identidade homossexual utópica que pode transcender outros marcadores de identidade: "o mito romântico da identidade homossexual que atravessa a classe, a raça e assim por diante não funciona na prática mais do que faz no ocidente" (ALTMAN, 1996, p. 63). Ele argumenta que as distinções urbanas/rurais, classe, idade, estão entre os fatores que atravessam o mito de uma consciência de uma única comunidade gay e lésbica.

É importante ressaltar que até meados do início do século XXI o movimento LGBT era denominado movimento "gay", reflexo da dominação masculina da produção midiática e

acadêmica sobre o movimento. A incorporação de outras identidades como lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais é recente e produto da emergência social da liberação sexual e dos diferentes contatos interculturais promovidos pela internacionalização do movimento. O “*queer*”, por exemplo, é fruto de uma recente apropriação linguística promovida por ativistas do movimento que não se identificam com nenhuma das identidades sociais vigentes. O “*queer*”, enquanto adjetivo, já foi utilizado como uma gíria para homossexual ou, em perspectivas piores, um termo de abuso homofóbico (JAGOSE, 1996). Nos últimos anos, aponta Jagose (1996), o vocábulo tem sido empregado de maneiras diferentes. Um conceito “guarda-chuva” para “uma coalizão de identidades sexuais culturalmente marginalizadas” (JAGOSE, 1996, p.106) ou para identificar um nascente movimento teórico que se desenvolveu para além dos tradicionais estudos gays e lésbicos. Entretanto, argumenta Jagose (1996), é preciso apontar que “*queer*” é uma categoria em processo de formação, o que não significa que esta ainda precisa se solidificar, mesmo que a elasticidade e a indeterminação sejam elementos constitutivos do “*queer*”.

Sem embargo, em termos linguísticos, pode se criticar a utilização do vocábulo “*queer*” – utilizando um argumento parecido ao da crítica à expressão “*gay*” – a dominação linguística anglo-saxã é pujantemente demonstrada pela utilização do vocábulo. Primeiramente, a apropriação linguística de locuções ofensivas não ocorre apenas na cultura ocidental anglófona. No Brasil, por exemplo, a utilização dos termos “viado” ou “travesti” pela comunidade LGBT gerou uma atualização sociolinguística dos termos dentro da comunidade. A adoção da palavra “*queer*” para distinguir auto-identificações para além da tríade homossexual, bissexual e heterossexual não supera as críticas realizadas da dominação cultural ocidental no movimento LGBT, em favor de uma suposta modernização e unificação identitária. A existência de um conceito “guarda-chuva” em língua inglesa, que não parece ser adaptado em outras culturas, é sinal deste problema. Contudo, ocorreu o mesmo debate em torno do emprego do termo “*gay*” – que é utilizado majoritariamente por indivíduos que tem acesso à produção cultural ocidental – o processo histórico dirá se a proposta mudança linguística gerará uma mudança social.

Segundo, a produção acadêmica denominada “*queer*” é, em sua maioria, como argumenta Altman (2001), produzida por intelectuais de grandes instituições localizadas no centro do sistema internacional. Além disso, a ênfase isolada na prática discursiva, e a falta de relação com a prática social, tendem a negar o papel dos movimentos sociais e do trabalho político na criação das condições em que a teoria queer prospera. Como Duggan (1992, p. 16,

tradução nossa) escreve, de modo pouco amigável à atual teoria queer:

Há uma tendência entre alguns teóricos queer de se envolver em debates acadêmicos em um alto nível de sofisticação intelectual, ao mesmo tempo em que derruba as raízes políticas e ativistas de suas ideias teóricas e preocupações. Tais teóricos citam, modificam ou contestam Foucault, Lacan e Derrida, enquanto as inovações feministas, lésbicas e gays e as figuras políticas desaparecem da vista.

O ponto importante é que a diversidade sexual, a pluralidade de gênero, os direitos sexuais e a liberdade devem ser debatidos e construídos nas diversas sociedades à sua maneira. Este deve ser o espírito de uma "abordagem baseada em direitos" – deixando as sexualidades não-heterossexuais para além das LGBTs executarem o seu próprio caminho. Não se deve interpretar esta “liberdade” dos direitos sexuais como a defesa do status quo social na qual as minorias sexuais são reprimidas. A justiça social pode ser vista como a garantia de direitos individuais, e a busca dela deve ser o objetivo de um Estado-nação. Por outro lado, é errôneo argumentar que as sociedades em que as identidades das minorias sexuais não são politicamente organizadas em torno de um movimento político, como o LGBT, necessariamente as reprima. A mobilização induzida pelos financiadores do movimento e a nomeação identitária das minorias sexuais tradicionais em uma categoria de identidade LGBT globalizada encobre diversidades sexuais e culturais. As identidades LGBTs podem surgir nas sociedades fora do ocidente político de maneiras diferentes, e sem a retórica política do ocidente, de forma que reconheçam as inter-relações entre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, longe de um modelo progressivo linear em direção ao estilo ocidental.

Conclusões

O movimento LGBT, fruto de uma construção político-econômica específica, inclui e exclui “identidades” de suas legitimações discursivas ao arbítrio do mercado. A história do movimento é uma história das relações de forças, do poder político e do capital. Se a legitimação e politização das identidades sexuais são favoráveis ao reconhecimento da identificação do indivíduo, também são de interesse de um movimento político que tem sido cada vez mais transformado em mercadoria.

A “globalização” destas identidades necessita ser posta sob à luz crítica do pós-colonialismo. As construções discursivas globalizadas por este movimento defendem a necessidade da existência de uma pluralidade de identidades, mas ao mesmo tempo decidem

quais são as identidades legítimas ou não. Porque o “gay” ou “queer” são globalmente reconhecidas, por este movimento, e o “*bakkla*”, o “travesti, ou o “viado” não o são?

O “queer” é reflexo desta discussão. O termo queer é consolidado na ciência, na mídia e nos grupos sociais das sociedades do centro da “ocidentalidade”. No entanto, é necessário refletir sobre a validade social de sua apropriação nas sociedades periféricas. A argumento de sua utilização como termo guarda-chuva inclusivo, desconsidera as suas próprias raízes sociolinguísticas, essas que estão intrinsecamente associadas às sociedades anglo-saxãs. Deste modo é preciso refletir que o próprio reconhecimento do “queer” enquanto signo está atrelado a aceitação do seu significante nestas sociedades marginalizadas.

Referências

ALTMAN, Dennis. **Global Sex**. Chicago: The University Of Chicago Press, 2001.

ALTMAN, Dennis. **Rupture or continuity**: the internationalization of gay identities. Social Text, 1996.

BINNIE, J. **The globalization of sexuality**. 2004: Londres. Sage.

DIAMOND, L.; QUINBY, L. **Feminism and Foucault**: Reflections and Resistance. 1998: Chicago. Northeastener University Press.

Disponível em: <

<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

DUGGAN, Lisa. Making It Perfectly Queer. In: STEWART, Abigail J. (ed.). **Theorizing Feminism**: Parallel Trends in the Humanities and Social Sciences. Westview Press, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade, Vol. 1: A Vontade de Saber**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: An Introduction**. New York: New York University Press, 1996.

LOVELL, Natalie. **Theorising LGBT Rights as Human Rights**: A Queer(itical) Analysis. 2015. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2015/12/30/theorising-lgbt-rights-as-human-rights-a-queeritical-analysis/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 1. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PETCHESKY, R. P. 2009. The language of “sexual minorities” and the politics of identity: a position paper. **Reproductive Health Matters**. Vol. 17. Pgs 105-110.



STOLER, A. L. **Race and Education of Desire**. 1995: Durham. Duke University Press.